

# Educação e Mercado de Trabalho: Implicações para a Formação Profissional na Atualidade

## Education and Labor Market: Current Implications for Vocational Training

Milene Vieira Santos Rocha<sup>ab\*</sup>; Eniz Conceição Oliveira<sup>a</sup>

<sup>a</sup>Centro Universitário Univates, Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, RS, Brasil

<sup>b</sup>Faculdade Pitágoras de Imperatriz, MA, Brasil

\*E-mail: milenevsrocha@hotmail.com

---

### Resumo

A qualificação profissional como fator indispensável para empregabilidade tornou-se essencial e determinante para o futuro profissional do indivíduo. Em face desse pressuposto, o presente artigo se propõe a analisar a relação da educação, sua interação e subserviência aos modelos socioeconômicos brasileiros, com o cenário do mercado de trabalho. A pesquisa está baseada em uma revisão de literatura e apresenta como núcleo central a relação entre trabalho e educação, a partir de uma breve abordagem histórica. O levantamento dos registros dos autores da atualidade demonstram exemplos da construção socioeconômica do sistema brasileiro, sua influência globalizante e interferidora do sistema educacional e, conseqüentemente, na formação do sujeito. Uma breve análise dos aspectos globais, suas interferências, seus paradigmas, bem como os determinismos que se engendram, mostram que se vive atualmente um processo de crescimento do índice de pessoas excluídas do mercado de trabalho, e este, por sua vez, passível de mudanças recorrentes do movimento contínuo e geral da sociedade.

**Palavras-chave:** Educação. Trabalho. Globalização. Qualificação Profissional.

### Abstract

*Professional qualification as an indispensable factor for employment has become essential for the professional individual's future. Thus, the present article aims to analyze the relationship of education, its interaction and subservience to the Brazilian socioeconomic models, with the backdrop of the labor market. The research is based on a literature review and presents the relationship between work and education from a brief historical approach as the core. The survey shows examples of the socioeconomic construction of the Brazilian system, its globalizing influence on the education system, and consequently the formation of the individuals. A brief analysis of the global aspects, their interferences, paradigms and the determinism that engender show that the process of the excluded individuals from the job market has increased, which, in turn, is subjected to the changes of the general movement of society.*

**Keywords:** Education. Labor. Globalization. Professional Qualification.

---

## 1 Introdução

As transformações socioeconômicas desencadearam no mundo do trabalho um processo de remodelagem periódica do perfil profissional. A educação e o mercado de trabalho, nesse sentido, comportam-se como duas grandezas que agem em forma de cooperação nas exigências da sociedade atual. A concentração de riqueza, a globalização, a era da informação e mais atualmente os avanços e possibilidades da geração *high-tech* acirraram a concorrência entre os trabalhadores e entre aqueles que desejam se inserir no mundo do trabalho (ULBRA, 2008)

A percepção da influência do sistema global e tomada de decisão frente ao desafio constante por qualificação profissional para a garantia de empregabilidade tem sido em vias de regras, um discurso do mercado de trabalho e dos envolvidos no processo educacional. Pensando a partir desta

realidade, em que as cobranças das organizações se repetem cotidianamente na sociedade, este artigo objetiva relacionar a educação e o mercado de trabalho, a partir de uma breve abordagem histórica, entrelaçando alguns fatos econômicos que determinaram a tendência educacional ao longo dos anos.

Buscando despertar uma inquietude sobre o tema, no sentido de reflexão pessoal, esse texto pauta-se em um levantamento dos registros históricos dos pensadores da atualidade que demonstram exemplos da construção socioeconômica do sistema brasileiro, sua influência globalizante e interferidora do sistema educacional, e conseqüentemente na formação do sujeito.

## 2 Desenvolvimento

### 2.1 Educação e trabalho: uma breve perspectiva histórica

A educação<sup>1</sup> esteve sempre atrelada ao mercado de

---

1 A Educação neste trabalho terá uma abordagem no sentido de ação que orienta os modos culturais de ser, estar e agir necessários para o ajustamento e à convivência de um sujeito ao seu grupo ou sociedade. Planchard (1975 *apud* LIBÂNEO, 2005) assinala que educar, em seu sentido etimológico, é conduzir de um estado para o outro, é agir de maneira sistemática sobre o ser humano, tendo em vista prepará-lo para a vida num determinado meio.

trabalho<sup>2</sup>, e também está intimamente relacionada às demandas sociais. A educação coincide com a própria existência humana, como meio de (re)condução e (re) construção da própria vida. Compreender a relação que se estabelece entre trabalho e educação, significa compreender a formação profissional atrelada à qualificação do sujeito nas dinâmicas sociais e produtivas da sociedade.

Para entendimento desta dinâmica social que relaciona educação e trabalho, é imprescindível que se observe, a partir de uma breve abordagem histórica destas facetas, como esse processo fundamenta a necessidade do contexto atual do mercado de trabalho.

Saviani (2008, p.63) registra que o Brasil esteve sujeito a uma “máquina mercante que provocou metamorfoses na educação”, as marcas se deram pelos privilégios da nobreza e do clero no século XVIII, acentuando as “condições de competitividade diante das potências rivais, a Inglaterra e a Holanda”, resquícios da invasão portuguesa.

A concorrência entre os impérios, pautada pela exploração das riquezas naturais, trouxe consigo a exploração da mão de obra gratuita. Dessa maneira, o trabalho apresentou-se como forma de manter também o domínio dos “bens divinos” pelos Jesuítas que atuaram de forma direta e intensa, gerindo as fazendas e engenhos, controlando a produção e planejando a melhor estratégia que redundasse numa boa rentabilidade (SAVIANI, 2008).

Dada esta atuação dos religiosos na administração dos bens, uma comparação se faz inevitável no tocante ao modelo de gestão de grandes empresas modernas, visto que se atentava, desde os primórdios, para a oscilação das cotações do açúcar, buscando direcionar a produção, comprando propriedades para arrendamento e acentuando a sinergia com o capitalismo em ascensão.

É interessante ressaltar, em meio às atividades mercantilistas que marcaram a presença do capitalismo no Brasil, o evento do dia três de maio de 1757 na implantação da “política de diretoria” oficializada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado e seu irmão Sebastião José de Carvalho Melo, futuro Marquês de Pombal, em que houve o estabelecimento do uso da Língua Portuguesa como obrigatória no âmbito rural e também a mão de obra indígena assalariada (SAVIANI, 2008). O trabalho, nesse contexto mercantilista, deveria então atender às exigências determinadas pelos colonizadores, portanto a educação convergiu para este fim, uma educação religiosa e submissa aos padrões europeus.

Mais adiante nesta contextualização histórica, em

meados de 1929 o Brasil sente os efeitos da crise geral do capitalismo, expressa na quebra da bolsa de valores de Nova York. Configurou-se em uma reorganização do mercado de trabalho e consequentemente a ressignificação da mão de obra (FERRETTI, 2008).

Saviani (2008) retrata, entre os anos 1969 e 1980, o surgimento de uma visão crítico reprodutivista marcada pelo advento do regime militar em que se suscitou o lema do desenvolvimento econômico com segurança. Diante desse objetivo, aconteceu a baixa produtividade do sistema de ensino, identificada no reduzido índice de atendimento da população em idade escolar e nos altos índices de evasão e repetência, sendo considerado um entrave que necessitava ser removido. Esta ênfase no desenvolvimento acarretou um estreitamento do Brasil com os Estados Unidos, o que culminou em instalações de diversas empresas internacionais.

Nesta fase, buscou-se adentrar nas teorias que pudessem enfocar a forma de inserir o sujeito no mundo do trabalho permeado pelas novas tecnologias, enfocando a forma de reagir diante do novo contexto que se apresentava como uma forma de equalização ao processo de trabalho, passando a buscar uma perspectiva racional. Esperava-se do trabalhador eficiência, cabendo à educação proporcionar treinamento para execução de tarefas que convergissem à inserção e empregabilidade no mercado de trabalho. Desta concepção, fica evidente a crítica sobre a hegemonia da sociedade capitalista.

Skinner<sup>3</sup> nesta mesma fase histórica, em seu livro intitulado *Tecnologia do Ensino*, aborda o comportamento do sistema com o seguinte pensamento:

Embora uma tecnologia do ensino se preocupe principalmente com o comportamento do aluno, existem outras figuras no mundo da educação às quais se aplica uma análise experimental. Precisamos ter melhor compreensão não só dos que aprendem como também: 1) dos que ensinam; 2) dos que se empenham na pesquisa operacional; 3) dos que administram escolas e faculdades; 4) dos que estabelecem a política educacional; e 5) dos que mantêm a educação (SAVIANI, 2008, p.370).

Diante disso, o enfoque se fez em torno da questão de que todas estas pessoas estariam sujeitas ao esforço de melhorar sua própria educação para inserção no mercado de trabalho. Entretanto, nesse processo histórico brasileiro, uma ênfase na década de 70 se faz necessária pelo fato de que a sociedade capitalista, nesta fase, aparece alterando o cenário socioeconômico sobremaneira. A racionalização do trabalho, estabilidade no emprego, produção em série (produtividade visível), larga escala, estoques, consumo de massa eram as palavras de ordem deste período. Reforçou-se um modelo

2 O mercado de trabalho define-se como conjunto de oportunidades de trabalho oferecido pelas organizações e como conjunto de pessoas dispostas a oferecer sua força. Amplamente definido como espaço de negociação e de troca em um processo de conciliação de interesses complexos, bem como espaços criados pelas próprias pessoas e pela dinâmica do próprio mercado (DUTRA, 2012).

3 Burrhus Frederic Skinner (1904-1990), psicólogo americano cujo modelo de educação e controle de comportamento se pautava em ideias mecanicistas e deterministas. Sua obra é a expressão mais famosa do “behaviorismo”, corrente que dominou o pensamento e a prática da psicologia, em escolas e consultórios, até os anos 1950 e seguiu como uma corrente de pensamento centrados na forma de reagir do homem ao meio ambiente natural (SAVIANI, 2008).

conhecido como Fordismo que:

Baseou-se na fabricação em massa de bens padronizados [...] e como recurso uma massa de trabalhadores semiquualificados [...]. Desses trabalhadores se exigia (e se exige, pois o fordismo não se conjuga inteiramente no passado [...] um cumprimento rigoroso das normas operatórias, segundo um *on best way*, a prescrição das tarefas e a disciplina no seu cumprimento, a não comunicação (isolamento, proibição de diálogos durante o trabalho em linha, etc.) (HIRATA, 2008, p.129).

O treinamento atendendo ao modelo Fordista de produção visou preparar profissionais para realizar tarefas por meio de modelagem. Devido a Revolução Industrial, exigia-se o desenvolvimento da competência técnica, necessitando do treinamento profissional, imprescindível para atuação em diversos setores. A formação para competência técnica envolveu tanto o âmbito acadêmico, como o âmbito empresarial, ambos ligados à necessidade de preparar mão de obra qualificada (BEHRENS; OLIARI, 2007). Este modelo, por sua vez, sofre a tentativa de substituição paulatina pelo modelo Taylorista, sob uma perspectiva de produção mais flexível, apresentando oportunidade para o trabalhador temporário, voltado, segundo Hirata (2008, p.129), “a um trabalho de tipo artesanal, qualificado e uma relação de cooperação entre *management* e operários multifuncionais”.

Ainda no século passado, na década de 80, diante destas novas exigências e modernização tecnológica, se teve como resultado “de um lado, uma massa de trabalhadores desqualificados e, de outro, um punhado de trabalhadores superqualificados” (FERRETTI, 2008, p.131). Como processo dinâmico e relativo às oscilações do processo socioeconômico, destas consequências pensou-se em requalificação ou reprofissionalização, as empresas deveriam adotar modelos que oportunizassem formação profissional aberta às inovações, bem como modalidades de execução das atividades produtivas.

A educação, nesse ínterim, deveria também ser capaz de atingir os interesses sociais através da difusão de conteúdos vivos, concretos indissociáveis das realidades sociais com vistas a relacionar a prática vivida com os conteúdos abordados no contexto educacional. (SAVIANI, 2008).

Na década de 1990, o autor acima citado elenca as características de um novo pensamento centrado em valorização das iniciativas privadas, uma recondução no âmbito educativo, com foco na diversificação de modelos, instituições, cursos, juntamente com a chamada “Era da Informação” em que o trabalhador passa a ser responsável em se adaptar às demandas do mercado de trabalho. Houve um reforço da condição de desempregados ou vulneráveis ao desemprego, bem como o descomprometimento do governo com a qualificação profissional dos indivíduos.

Desta época em diante, para inserção no mercado de trabalho, a exigência da qualificação profissional se intensificou e, dessa forma, prover a subsistência atrelou-se à uma realidade do desemprego *versus* o que apregoa o mercado de trabalho: a “falta de mão de obra qualificada”.

No sentido de qualificação, Ferretti, Silva Junior e Oliveira (2008) pontuam que com o predomínio das altas tecnologias de produção e informação, nenhum país se arrisca a entrar em competição por mercados internacionais sem haver antes estabelecido um sistema educacional onde a totalidade da população, e não só a força de trabalho, tenha atingido um mínimo de 8 a 10 anos de ensino de boa qualidade. Os autores afirmam que, na maioria dos países europeus, foi preciso um século para que se atingisse essa performance, no Japão 70, na Coréia e Taiwan menos de 30 anos e em Cingapura menos de 20 anos.

No contexto brasileiro, a nova pedagogia exige a ampliação e democratização da educação básica, com pelo menos 11 anos de educação, abrangendo os níveis fundamental e médio, como fazem os países desenvolvidos; embora isto não esteja posto historicamente pela dura realidade da exclusão nos países ditos emergentes, como o Brasil, está presente o discurso do capital (KUENZER, 1999). Discutir nesse sentido, a quantidade de anos para um preparo educacional mínimo resume-se à ideia de que trata-se apenas de oportunidades no espaço-tempo chances maiores para qualificação, o que tem sido discutido principalmente por especialistas, sob a ótica de que não tem havido esta real e significativa aprendizagem e qualidade profissional.

Dessa forma, percebe-se que a educação e seus modelos se constituem historicamente a partir de mudanças que ocorrem no “mundo do trabalho e das relações sociais, posto que as classes fundamentais, responsáveis pelas funções essenciais no mundo da produção precisam formar adequadamente seus intelectuais” (KUENZER, 1999, p.121). Com base nesse contexto histórico, confirma-se o encargo da educação formal, na responsabilidade da formação de mão de obra adequada às modificações no mundo do trabalho, uma vez que ela cumula como função basilar, através de escolas, institutos, faculdades e universidades, preparar o indivíduo de maneira integral para a vida em sociedade.

## **2.2 Exclusão e inclusão: interfaces de impactos na qualificação profissional**

O indivíduo inserido no contexto da educação formal geralmente é submetido a situações de limitação quanto à realização pessoal. A realidade social, permeada pelo modelo capitalista, tem induzido à pedagogia da exclusão. Delors (2006) aponta que os sistemas educativos formais, são muitas vezes acusados, e com razão, de impor às crianças o mesmo modelo cultural e intelectual limitador. Dessa forma, pode-se conjecturar que, oriundos desta sujeição por longos anos, seu desenvolvimento pessoal e profissional estará comprometido e sua inserção no mercado de trabalho se dará, propensamente, por conveniência, uma vez que o preenchimento de vagas pode acontecer por uma questão de oportunidade e não de preferência ou vocação.

É interessante ressaltar que o mercado de trabalho tem registrado historicamente a tendência do desenvolvimento do

campo intelectual, do conhecimento abstrato em detrimento das qualidades humanas, das peculiaridades dos sujeitos. Com isso, limitou-se o desenvolvimento da “imaginação, a aptidão para comunicar, o gosto pela animação do trabalho em equipe, o sentido do belo, a dimensão espiritual ou a habilidade manual” (DELORS, 2006, p.55). Sujeitos a processos educativos limitadores, para a formação profissional, veem-se na necessidade da internalização da ideia de desvinculação da submissão a uma exploração e dominação da força produtiva indo ao encontro de uma predisposição de incorporar mecanismos diversos para o aprendizado do trabalho.

A aprendizagem do trabalho, por sua vez, se fecunda de maneira sistemática e dialética na instituição fundamental interposta entre a família e o trabalho, que são as organizações educativas formais, nos níveis de educação básica, técnica e educação superior. Desse modo,

Reconhecida a centralidade das relações de produção no conjunto da organização social e sua capacidade expansiva para o todo social, se conclui que todas as outras esferas da vida social se comportarão, inevitavelmente, reproduzindo ou expressando essa centralidade (FERRETTI; SILVA JÚNIOR; OLIVEIRA, 1999, p.17).

Dessa realidade social, alguns aspectos levantados por Kuenzer (2005) discutem a exclusão includente, que se manifesta no terreno produtivo como um fenômeno do mercado, apontando que se trata de diferentes estratégias que conduzem à exclusão do trabalhador do mercado formal, seguida de sua inclusão na informalidade (exclusão) ou reinclusão no próprio mercado formal porém, em situações de submissão a condições como: salários mais baixos e menos direitos; empregado terceirizado; trabalhador da mesma empresa na informalidade dentre outras situações.

A mesma autora trata da inclusão excludente manifestada no terreno educativo como a face pedagógica da exclusão includente, e fundamenta-se na ideia de incluir estudantes no ensino escolar em cursos de diferentes níveis e modalidades sem os padrões de qualidade exigidos para ingresso no mercado de trabalho (KUENZER, 2005).

A condição de adultos e jovens, sob esta ótica, com idade de ingresso no mercado de trabalho, na perspectiva pedagógica da exclusão, configura-se na percepção de Saviani (2008, p.431), em “preparar os indivíduos para, mediante sucessivos cursos dos mais diferentes tipos, se tornarem cada vez mais empregáveis, visando escapar da condição de excluídos”, esta retórica faz parte da exigência da intelectualização do trabalho.

Na temática da exclusão, Demo (2002, p.20) parte do princípio de que “embora a exclusão esteja estritamente ligada à solidão e à desagregação social, o emprego continua preponderante para definir a condição social do indivíduo”, dessa percepção é válido ressaltar que inserir-se no mercado de trabalho configura-se como um pensamento central na sociedade atual.

Contudo, essa dialética que envolve o incluir e excluir do mercado de trabalho reforça a questão da empregabilidade, é a partir desse movimento que o indivíduo tem a responsabilidade de se tornar capaz de escolher e adquirir meios de competir, ampliando a possibilidade de se manter no mundo do trabalho, visto que na ideia da ordem econômica atual não há lugar para todos, apenas para os mais qualificados.

### **2.3 Globalização e mercado de trabalho: qualificação necessária**

É evidente que o trabalho é um elemento estruturante da sociedade. Historicamente, é difícil pensar a importância da educação fora do que se conhece hoje por mercado de trabalho devido à intrínseca relação destas duas grandes estruturas. Dessa forma, falar de qualificação profissional na atualidade é um grande desafio, não há possibilidade de estreitamento da discussão da relação educação-trabalho, sem primeiramente evocar a globalização e suas exigências para o mundo do trabalho.

As categorias de análise da globalização perpassam as relações sociais, os processos pedagógicos, a educação formal e não formal, a construção da subjetividade humana, as necessidades materiais e não materiais e ainda a ordem econômica atual. Desses pressupostos, Siqueira (1997) enfoca que uma visão efetivamente crítica da globalização leva em consideração que ela é uma condição histórica concreta e, portanto, permeada de contradições (produtivas e não produtivas), que é um fenômeno multidimensional e diz respeito não só ao domínio econômico, mas também ao político, ao sociocultural, ao tecnológico e ao educacional.

Giddens (1996, p.13) afirma que a globalização também é responsável pela transformação de contextos locais e pessoais de experiência social e reitera a ideia de que “a globalização não é um processo único, mas uma mistura complexa de processos, que frequentemente atua de maneira contraditória, produzindo conflitos, disjunções e novas formas de estratificação”. Assim, para alguns a globalização é vista como responsável pelo aumento da pobreza, por não permitir oportunidades igualitárias, por subordinar os mais pobres aos mais ricos, sendo um determinismo socioeconômico embebido pelo neoliberalismo, uma vez que as mudanças oriundas das forças globais desencadeiam novos conceitos.

Percebe-se com isso que o perfil profissional é determinado pelos ambientes sociais e influenciado pelo sistema global, dessa forma, a escolha profissional pela formação vai mais ao encontro das possibilidades de empregabilidade, e deixa de atender na qualificação profissional. Uma vez escolhida ou apontada uma direção para a formação, os diferentes ambientes sociais se encarregam de direcionar as dinâmicas sócio produtivas, habilidades e competências para o exercício autônomo e crítico diante da escolha, deve ainda considerar que a globalidade remete a conjunto, integridade, totalidade.

Gentili (2008, p.107) tem a concepção de que a palavra global carrega consigo esse mesmo sentido de conjunto,

inteiro, total. O autor sugere, portanto, integração e concebe que “o uso do termo global supõe ou leva a supor que o objeto ao qual ele é aplicado é, ou tende a ser integral, integrado”. Nessa perspectiva da globalização que integra e atrela as tendências socioeconômicas, há modificações na divisão social do trabalho, e dessa forma, a dinâmica da qualificação pressupõe novos paradigmas. Ferretti (2008) aponta que diante dos novos modelos produtivos, novos requisitos de qualificação se associam que são: o próprio sujeito, a subjetividade e as relações subjetivas. Como componentes intersubjetivos, tratam-se, resumidamente, do modelo de competências que passam de um paradigma do trabalho e da produção para um paradigma da comunicação.

Nesse tema qualificação, uma concepção mais generalista considera o ser humano como produtor de sua própria realidade, isso fica claro quando

A qualificação profissional passa a repousar sobre os conhecimentos e habilidades cognitivas e comportamentais que permitam ao cidadão produtor trabalhar intelectualmente, dominando o método científico, de modo a ser capaz de se utilizar de conhecimentos científicos e tecnológicos, de modo articulado, para resolver problemas da prática social e produtiva (FERRETTI; SILVA JUNIOR; OLIVEIRA, 2008, p.131).

Para isso se efetivar, é necessário acompanhar o desenvolvimento das forças produtivas visando atender as demandas da revolução na base técnica com seus profundos impactos sobre a vida social. Com base nisso, o sujeito desenvolve a habilidade de lidar com as situações de incertezas, com flexibilidade e agilidade.

Nessa nova demanda de mercado, homens e mulheres são absolutamente necessários à nova ordem de acumulação capitalista na era da globalização e diante desta realidade está a versatilidade para o trabalho, sendo polivalente e multifuncional, características necessárias à produtividade contemporânea para um mercado que exige flexibilidade, capacitação diversificada e domínio da tecnologia que se renova a cada dia “fazendo ‘mexer as cadeiras’, trocar as coisas de lugar, não deixar fixar os papéis que os trabalhadores cumprem em seus ofícios” (ULBRA, 2008, p.115).

Assim, o modelo de competências, se depara com os termos polivalência, valorização dos saberes que se associam em como conduzir os trabalhadores a uma formação integral, visto que o mercado de trabalho tem sido definido como o conjunto de oportunidades de trabalho oferecido pelas organizações e como o conjunto das pessoas dispostas a oferecer sua força (DUTRA, 2012), mas uma força produtiva que se diversifica entre a quantidade e qualidade.

As dimensões do modelo de competência perpassam a qualificação como agregado de conhecimentos e dos títulos, com formalização e comprovação, bem como a realização das teorias em conjunto com os saberes adquiridos e consonância com as relações sociais. Trata-se de um reconhecimento do saber prático do sujeito-trabalhador e seus conjuntos.

Nesse atual paradigma, “a competência e a flexibilidade

tornaram-se a moeda corrente na construção de uma carreira, enquanto a hierarquização, as tradições e a lealdade à empresa perderam importância” (MILKOVICH; BOURDREAU, 2008, p.303). Partindo deste fato e ingressando em uma reflexão sobre a busca da construção pessoal na perspectiva da qualidade, Freire (1981, p.27) em um diálogo sobre educação analisa que:

O cão e a árvore também são inacabados, mas o homem se sabe inacabado e por isso se educa. Não haveria educação se o homem fosse um ser acabado. O homem pergunta-se: quem sou eu? De onde venho? onde posso estar? O homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca constante de ser mais e, como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a raiz da educação.

Sobre a constante busca, Oliveira e Almeida (2009) ressaltam que no decorrer do tempo passou-se a entender os investimentos na formação do trabalhador como responsabilidade própria, processando-se o deslocamento do plano social para o individual. A qualificação, atualização constante, a preparação para o mercado de trabalho, segundo as autoras, são estratégias de *marketing* para a venda de mão de obra ao capital na promessa de uma oportunidade de trabalho, como se apenas esta formação fosse responsável pelo caos econômico do país. Ressalta-se que esta realidade resulta de um embate que confronta um projeto societário que se assenta no ajuste à nova (des)ordem mundial.

À guisa de conclusão, a qualificação necessária é aquela que, considera as transformações oriundas da globalização e sua interferência no mercado de trabalho e busca minimizar os impactos negativos refletidos no discurso do capital de que não existe mão de obra qualificada.

### 3 Conclusão

A relação entre educação e mercado de trabalho, é percebida como parte do processo dialético da sociedade capitalista, e nesse artigo, torna-se uma oportunidade de reflexão sobre os fatores primordiais de adequação à realidade social. A educação, desde os primórdios pode ser vista como possibilidade de ascensão social, cultural e econômica, contribuidora do desenvolvimento do sujeito, desde que este busque se adequar as demandas das transformações capitalistas.

No que tange às vantagens competitivas, pautadas na capacidade do sujeito em agregar valor, buscar significação para a formação pessoal, que culmine em qualificação profissional, o mercado de trabalho e seu histórico de oscilações socioeconômicas sinalizam que em atendimento a essas instâncias os processos educativos se voltaram ao atendimento da maior produtividade e lucratividade das organizações.

A análise dos aspectos globais, suas interferências, seus paradigmas, bem como os determinismos que se engendram mostra que se vive atualmente um processo de crescimento do índice pessoas excluídas do mercado de trabalho, este,

por sua vez, passível de mudanças cíclicas do movimento geral da sociedade, da globalização. Nesse processo, o desencadeamento da busca por qualificação profissional não garante estabilidade, pois outros fatores intervenientes farão parte deste contexto como interesses específicos das organizações que, algumas vezes, optam por sujeitos mais experientes no saber fazer e que comprovam suas atuações, em detrimento dos qualificados por intenso preparo de formação educacional.

O discurso do capital remete a uma preocupação que deve perpassar a perspectiva do mercado de trabalho ainda que exista a insuficiência de crescimento econômico capaz de gerar vagas de trabalho em quantidade e de qualidade suficientes e ajustadas à expansão das organizações. É nesse sentido que a temática abordada suscita a importância de contribuir através de incessantes estudos que discutam a qualificação profissional significativa.

### Referências

- BEHRENS, M.A.; OLIARI, A.L.T. A evolução dos paradigmas na educação: do pensamento científico tradicional a complexidade. *Rev. Diálogo Educ.*, v.7, n.22, p.53-66, 2007.
- DELORS, J. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, 2006.
- DEMO, P. *Charme da exclusão social: polêmicas do nosso tempo*. Campinas: Autores Associados, 2002.
- DUTRA, J.S. *Gestão de pessoas: modelo, tendências e perspectivas*. São Paulo: Atlas, 2012.
- FERRETTI, C.J.; SILVA JUNIOR, J.R.; OLIVEIRA, M.R.N.S. (Org.). *Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?* São Paulo: Xamã, 1999.
- FERRETTI, C.J. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate transdisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FREIRE, P. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GADOTTI, M. *Pensamento pedagógico brasileiro*. São Paulo: Ática, 2006.
- GENTILI, P. (Org.). *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GIDDENS, A. *Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1996.
- HIRATA, H. Da polarização das qualificações ao modelo de competência. In: FERRETTI, C.J. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate transdisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 2008, p.121-148.
- KUENZER, A. Exclusão incluyente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L. (Org.). *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados, 2005, p.77-96.
- KUENZER, A. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. In: FERRETTI, C.J.; SILVA JUNIOR, J.R.; OLIVEIRA, M.R.N.S. (Org.). *Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?* São Paulo: Xamã, 1999, p.121-139.
- LIBÂNEO, J.C. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 2005.
- MILKOVICH, G.T.; BOUDREAU, J.W. *Administração de recursos humanos*. São Paulo: Atlas, 2008.
- OLIVEIRA, S.Z.P.; ALMEIDA, M.L.P. Educação para o mercado x educação para o mundo do trabalho: impasses e contradições. *Rev. Espaço Pedagógico*, v.16, n.2, p.155-175, 2009.
- SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SIQUEIRA, H.S.G. Globalização e autonomia: limites e possibilidades. Disponível em: <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/globoautonomia.html>. Acesso em: 5 out. 2014.
- ULBRA - Universidade Luterana do Brasil. *Sociologia do trabalho*. Curitiba: Ibplex, 2008.